

## TERMO DE ACORDO

Que entre si celebram o **DISTRITO FEDERAL**, por meio da Secretaria de Estado de Transportes, representado por **JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO**, na qualidade de Secretário de Estado de Transportes, com sede na Rua, CEP nº, , Brasília/DF, , doravante denominada simplesmente de Governo do Distrito Federal, e a empresa XXXX., pessoa jurídica de direito privado, com sede e domicílio comercial XXXXX, nº XX, Bairro XXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXX, , neste ato representada por seus administradores (nome), (nacionalidade), natural de (cidade), Estado do XXXXX, (estado civil), empresário, portador da Cédula de Identidade Civil no. XXXXX, inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº XXXX, residente e domiciliado (endereço), nº XX, em (cidade)/(uf), e (nome), (nacionalidade), natural de (cidade), Estado do XXXX, (estado civil), empresário, portador da Cédula de Identidade Civil nº XXXXX, inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº XXXXXX, residente e domiciliado (endereço), nº XX, Bairro XXXX, em (cidade)/(uf), CEP XXXXX, doravante denominada simplesmente de PERMISSIONÁRIA, e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, neste ato representado pelo Procurador...

**CONSIDERANDO** que o artigo 127 da Constituição Federal estabelece que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 30, inc. V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 32, § 1º, também da Carta Magna, que atribui ao Distrito Federal competência para organizar e prestar o serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, que tem caráter essencial;

*Ass. cedida por  
José Wazquez.*

  
Hilton Kazuo S. Kawashita  
Assistente Legislativo  
Matrícula: 12321

*25/06/15*

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 336 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que atribui ao Distrito Federal competência para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, os serviços de transporte coletivo, observada a legislação federal;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do Distrito Federal, é de competência da Secretaria de Estado de Transportes planejar, regulamentar, organizar, delegar, definir políticas tarifárias e controlar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviço relativas ao transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica, Título VII, Capítulo V, bem como promover a articulação do planejamento dos serviços com as políticas de desenvolvimento urbano do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** que, até a presente data, a Secretaria de Estado de Transportes optou pela delegação da exploração do serviço de transporte coletivo, no regime de permissão, às PERMISSIONÁRIAS, outorgada anteriormente à Constituição Federal de 1988 e aditada através de Termo de Permissão;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 33.556, de 1º de março de 2012, estabelece que as permissões outorgadas às PERMISSIONÁRIAS permanecerão em vigor até o dia imediatamente anterior à data de início da operação dos novos contratos oriundos de nova licitação;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 175, determina a realização de licitação para a outorga de concessão ou permissão para exploração de serviços públicos;

**CONSIDERANDO** o interesse publicamente manifesto da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal em realizar licitação para a prestação e exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, em regime de concessão, já tendo sido publicado, em 14 de agosto do corrente ano, o **Edital de Concorrência Nº 1/2011-ST**;

**CONSIDERANDO** decisão proferida pelo eminente Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no **processo nº 12086/2011**, através de decisão nº3984/20112, em Sessão Ordinária nº 4450, realizada em 18/08/2011, o qual determinou que a *"Secretaria de Transportes apresente as contrarrazões que entender pertinentes ou adote as seguintes providências: ...e) quanto ao possível descumprimento do art. 42, § 3º, da Lei nº 8.987/95; III) em razão do item anterior,*

***determinar que a Secretaria de Transportes suspenda o certame, até ulterior manifestação desta Corte de Contas”.***

**CONSIDERANDO** que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, em decisão 4106/2012, na Sessão Ordinária nº 4531 de 09/08/2012, referente ao processo nº 12086/2011, determinou que fosse **reiterada “à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal a determinação constante no item II, alínea “e”, da Decisão nº 3.984/11”.**

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, através de Manifestação nº 439/2012-PGJ, ao enunciar seu parecer, relativo ao **Mandado de Segurança nº 2012.00.2.007951-4**, consolidou entendimento de que lei é clara ao afirmar que deve ser realizado o levantamento dos elementos necessários ao cálculo de eventuais indenizações devidas às permissionárias, não podendo, assim, a Administração Pública furtar-se a realizar essas providências para apuração de eventuais pendências com a empresa prestadora de serviço, sob pena de infringir o princípio que proíbe o enriquecimento sem causa.

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, através de Manifestação nº 439/2012-PGJ, emitiu parecer no Mandado de Segurança nº 2012.00.2.007951-4, expressando entendimento “no sentido de que a **segurança merece ser parcialmente concedida**, para que em concomitância à Concorrência 1/2011, a Administração providencie as medidas necessárias para apuração de eventual indenização devida à impetrante...”.

**CONSIDERANDO** que os artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 8.987/95 consideraram válidas, pelo prazo fixado no contrato ou ato de outorga, as concessões de serviço público, formalizadas anteriormente à vigência da Constituição de 1988, mesmo que não precedidas de licitação;

**CONSIDERANDO** que o parágrafo segundo do artigo 42 da Lei Federal nº 8.987/95 estabelece que as concessões em caráter precário, **as que estiverem com prazo vencido** e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, **permanecerão válidas** pelo prazo necessário à **realização dos levantamentos e avaliações** indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal n.º 8.987/95, em seu artigo 42 e parágrafos, determina, como condição para a extinção das atuais permissões, a apuração e indenização de investimentos não amortizados e outros passivos devidos à PERMISSIONÁRIA, autorizando a realização de

acordo, quando houver consenso sobre os critérios e valores de indenização, devidamente auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo entre as partes;

**CONSIDERANDO** o parágrafo segundo, do artigo 42 da Lei 8.987/95, que estabelece que *"as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses"*;

**CONSIDERANDO** que a extinção da permissão ocorre pelo advento do termo de outorga, conforme o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões), o qual estatui: *"§ 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta Lei"*;

**CONSIDERANDO** que as indenizações devidas não se limitam aos bens e investimentos não amortizados, mas inclui *"outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços"*;

**CONSIDERANDO** o artigo 17, da Lei Distrital nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que determina que as tarifas dos serviços integrantes do STPC/DF serão fixadas pelo Poder Executivo, com base em estudos de custos e tarifas desenvolvidos pela entidade gestora, observadas as disposições legais e ouvido, previamente, o CTPC/DF;

**CONSIDERANDO** que o último reajuste tarifário se deu em 01 de janeiro de 2006, através do decreto 26.501 de 29 de dezembro de 2005;

**CONSIDERANDO** a existência de duas ações - processo nº 23.365/96, que tramita junto à Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal e processo nº 2005.01.1.073579-7, que tramita junto à Quarta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, formulando pedidos de indenizações para compensação de desequilíbrios econômico-financeiros em virtude de defasagens tarifárias;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 30.055, de 12 de fevereiro de 2009, que estabelece, em seu artigo 1º, a renovação de todos os veículos, para operação no STPC/DF;

**CONSIDERANDO** que o artigo 70, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 dispõe que, a partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e das tarifas de serviços públicos far-se-ão anualmente;

**CONSIDERANDO** que a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, após o envio, por parte das Permissionárias, de diversos ofícios solicitando reajuste tarifário, já está há mais de 06 (seis) anos sem decretar nova tarifa;

**CONSIDERANDO** que a conclusão dos contratos de permissão das operadoras do Sistema de Transporte Público Urbano do Distrito Federal gerará, ainda, custos de desmobilização de pessoal, com a necessidade que será imposta de rescisão de todos os contratos de trabalho em vigor;

**CONSIDERANDO** que o artigo 52 da Lei 4.011/07 estabelece que o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF, instituído pela Lei 239, de 10 de fevereiro de 1992, passa a ter aplicação, dentre outras, para promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema;

**CONSIDERANDO** que uma conciliação entre o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal e as PERMISSIONÁRIAS atende ao interesse público, permitindo uma redução do valor de indenização garantida pela Lei Federal nº 8.987/95, e a quitação de toda e qualquer pendência relativa à delegação, bem como assegurará uma definição consensual do termo de encerramento das Permissões atualmente em vigor, evitando litígios judiciais que possam obstaculizar a realização de certame licitatório para nova delegação do serviço.

Resolvem as partes firmar o presente acordo, tendo em vista o que disciplina o parágrafo segundo, do artigo 42, da Lei 8.987/95, com anuência do Ministério Público, para encerramento de Termo de Permissão para Exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, das Permissões em caráter precário, firmadas anteriormente à Constituição Federal de 1988, das que estiverem com prazo vencido, bem como as que estiverem em vigor, por prazo indeterminado, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal indenizará as PERMISSIONÁRIAS, até o dia exatamente anterior à

data de extinção de seu Termo de Permissão, a quantia de **R\$ 3.771.662.219,22 (três bilhões, setecentos e setenta e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e vinte e dois centavos)**, relativamente às seguintes parcelas acordadas e definidas de comum acordo entre as partes:  
R\$

- a) **R\$ 891.173.845,16 (oitocentos e noventa e um milhões, cento e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos)** relativos ao Processo nº 23.365/96, que tramita junto à 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, cujo objeto refere-se ao desequilíbrio econômico-financeiro, em virtude da defasagem tarifária entre os anos de 1992 a 1994, cujo rateio ocorrerá da forma abaixo individualizada:
- i. **Viação Planeta Ltda.** - R\$ 331.720.508,92 (trezentos e trinta e um milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e oito reais e noventa e dois centavo);
  - ii. **Viação Planalto Ltda.** - R\$ 295.700.296,34 (duzentos e noventa e cinco milhões, setecentos mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos);
  - iii. **Viação Alvorada Ltda.** - R\$ 142.288.146,09 (cento e quarenta e dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e nove centavo);
  - iv. **Arco Transporte Ltda.** - R\$ 57.862.435,11 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavo);
  - v. **Empresa São José** - R\$ 20.060.352,38 (vinte milhões, sessenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos);
  - vi. **Empresa Sol** - R\$ 18.675.442,88 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos);
  - vii. **Empresa Riacho Grande** - R\$ 14.646.757,82 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e oitenta e dois centavos);
  - viii. **Empresa Valmir Amaral Ltda.** - R\$ 10.219.905,62 (dez milhões, duzentos e dezenove mil, novecentos e cinco reais e sessenta e dois centavos).

b) **R\$ 879.877.385,59 (oitocentos e setenta e nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)** relativos ao Processo nº 2005.01.1.073579-7, que tramita junto à 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, cujo objeto refere-se ao desequilíbrio econômico-financeiro, em virtude da defasagem tarifária entre os anos de 2000 a 2004, cujo rateio ocorrerá da forma abaixo individualizada:

- i. **Viação Planeta Ltda.** - R\$ 273.882.775,25 (duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavo);
- ii. **Viação Planalto Ltda.** - R\$ 237.732.672,82 (duzentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e vinte e oitenta e dois centavo);
- iii. **Viação Satélite Ltda.** - R\$ 119.949.424,87 (cento e dezenove milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavo);
- iv. **Rápido Brasília Ltda.** - R\$ 70.151.945,00 (setenta milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e cinco reais);
- v. **Viação Valmir Amaral Ltda.** - R\$ 51.374.330,95 (cinquenta e um milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e noventa e cinco centavos);
- vi. **Empresa Riacho Grande** - R\$ 37.530.343,43 (trinta e sete milhões, quinhentos e trinta mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos);
- vii. **Veneza Transportes Ltda.** - R\$ 29.887.559,48 (vinte e nove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quarenta e oito centavos);
- viii. **Condor Transporte Ltda.** - R\$ 27.288.886,90 (vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa centavos);
- ix. **Empresa Sol** - R\$ 17.851.121,95 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, setecentos e cento e vinte e um reais e noventa e cinco centavos);
- x. **Lotaxi Transporte Ltda.** - R\$ 14.228.324,94 (quatorze milhões, duzentos e vinte e oito mil,



trezentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos).

c) **R\$ 1.799.385.932,08 (hum bilhão, setecentos e noventa e nove milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e oito centavos)** relativos ao pagamento de indenização referente ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, em virtude da não contemplação de aumento tarifário, entre os anos de 2006 até os dias atuais, cujo rateio ocorrerá da forma abaixo individualizada:

- i. **Viação Planeta Ltda.** - R\$ 596.813.989,29 (quinhentos e noventa e seis milhões, oitocentos e treze mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos);
- ii. **Viação Planalto Ltda.** - R\$ 526.666.445,51 (quinhentos e vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos);
- iii. **Viação Satélite Ltda.** - R\$ 258.055.794,16 (duzentos e cinquenta e oito milhões, cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavo);
- iv. **Rápido Brasília Ltda.** - R\$ 116.919.908,33 (cento e dezesseis milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e oito reais e trinta e três centavos);
- v. **Viação Valmir Amaral Ltda.** - R\$ 54.167.393,15 (cinquenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e quinze centavos);
- vi. **Veneza Transportes Ltda.** - R\$ 49.812.599,13 (quarenta e nove milhões, oitocentos e doze mil, quinhentos e noventa e nove reais e treze centavos);
- vii. **Empresa Riacho Grande** - R\$ 47.549.461,55 (quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos);
- viii. **Condor Transporte Ltda.** - R\$ 45.481.478,17 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezessete centavos);
- ix. **Empresa São José** - R\$ 44.578.560,84 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos);



- x. **Empresa Sol** - R\$ 35.626.427,05 (trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinco centavos);
- xi. **Lotaxi Transporte Ltda.** - R\$ 23.713.874,90 (vinte e três milhões, setecentos e treze mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e noventa centavos).

d) **R\$ 174.750.401,79 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e um reais e setenta e nove centavos)** para fins de pagamento aos investimentos vinculados aos veículos, ainda não depreciados, utilizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, em acordo com a Resolução 176/86 do CTPC/DF de 07 de janeiro de 1987, em conjunto com o Decreto 30.055/09, cujo rateio ocorrerá da forma abaixo individualizada:

- i. **Viação Planalto Ltda.** - R\$ 33.029.609,38 (trinta e três milhões, vinte e nove mil, seiscentos e nove reais e trinta e oito centavos);
- ii. **Viação Valmir Amaral Ltda.** - R\$ 24.349.274,55 (vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos);
- iii. **Empresa São José** - R\$ 22.617.868,30 (vinte e dois milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos);
- iv. **Viação Pioneira Ltda.** - R\$ 22.258.705,36 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinco reais e trinta e seis centavos);
- v. **Viação Planeta Ltda.** - R\$ 17.574.151,79 (dezessete milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos);
- vi. **Empresa Riacho Grande** - R\$ 16.121.093,75 (dezesseis milhões, cento e vinte e um mil, noventa e três reais e setenta e cinco centavos);
- vii. **Viação Cidade Ltda.** - R\$ 10.749.285,71 (dez milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos);
- viii. **Condor Transporte Ltda.** - R\$ 10.629.375,00 (dez milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais);
- ix. **Viação Satélite Ltda.** - R\$ 7.820.368,30 (sete milhões, oitocentos e vinte mil, trezentos e sessenta

e oito reais e trinta centavo);

- x. **Lotaxi Transporte Ltda.** - R\$ 3.796.205,36 (três milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e cinco reais e trinta e seis centavos);
- xi. **Condor Z** - R\$ 3.648.214,29 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e quatorze reais e vinte e nove centavos);
- xii. **Lotaxi\_Z** - R\$ 2.156.250,00 (dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

e) **R\$ 26.474.654,60 (vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)** relativos ao saldo dos valores não pagos referentes à implantação e operação do Sistema de Bilhetagem Automática conforme artigos 45 e 46 da Lei Nº 4.011 de 13 de setembro de 2007 e Portaria Nº 98, de 22 de outubro de 2007.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os créditos indenizatórios referidos no caput da presente cláusula deverão ser pagos, em parcela única, até a data da assinatura dos novos contratos de Permissão;

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O pagamento das rescisões trabalhistas, em sua totalidade, referente aos contratos de trabalho dos funcionários das PERMISSONÁRIAS será de responsabilidade do Governo do Distrito Federal;

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** O não pagamento dos valores estipulados no *caput* da presente cláusula, bem como o não cumprimento do que foi estabelecido no parágrafo segundo, levando em consideração o que determina o parágrafo segundo, do artigo 42 da Lei 8.987/95, **será causa impeditiva** para a assinatura de novos contratos de concessão, em virtude de licitação, inclusive a que se deu através do **Edital de Concorrência Nº 1/2011-ST**.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Os valores serão atualizados monetariamente até a data da efetivação do pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO.** O atraso no pagamento acarretará a incidência de multa no valor percentual de 20% (vinte por cento) do valor devido.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Ficarão, de comum acordo, suspensos todos os pleitos indenizatórios formulados pelas PERMISSONÁRIAS que diverjam do estabelecido e pactuado no presente instrumento, razão pela qual as PERMISSONÁRIAS, uma vez cumpridas todas as obrigações estabelecidas neste acordo, darão ampla, geral e irrestrita quitação a toda e qualquer

eventual pendência financeira relativa ao Termo de Permissão cuja extinção ora se pactua, não lhe cabendo reivindicar nenhum valor adicional da STCP/DF nesse particular, seja a que título for.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Ficarão suspensas, após a assinatura desse termo, em decorrência de acordo a ser firmado pelas partes, todas as ações que tramitam na justiça, referentes ao processo licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA.** O presente instrumento constitui título executivo, nos termos do artigo 5º, §6º, da Lei Federal nº 7.347/85; do artigo 585, II e VII do Código de Processo Civil, e 146, §4º, II do Decreto Federal nº 6.514/08.

**CLÁUSULA QUINTA.** Os créditos contidos no presente instrumento poderão ser cedidos a terceiros, pela PERMISSONÁRIA.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença do representante do Ministério Público.

**Brasília, 03 de setembro de 2012.**

---

Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal

---

(empresa).  
(nome)  
Administrador

---

(empresa)  
(nome)  
Administrador

**TESTEMUNHAS**

	Nome
	CPF
1. _____	